

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ASPECTOS PARA MUDANÇA DE OPÇÃO DE APURAÇÃO DE LUCRO PRESUMIDO PARA
LUCRO REAL**

Monografia para Trabalho de Conclusão de
Curso submetido ao Departamento de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de Santa
Catarina.

ORIENTADOR:

PROF. ALEXANDRE ZOLDAN DA VEIGA

ACADÊMICO: CLEBER LIMA CITADIN


FLORIANÓPOLIS - SC, JULHO DE 1.999

ASPECTOS PARA MUDANÇA DE OPÇÃO DE APURAÇÃO DE LUCRO PRESUMIDO PARA LUCRO REAL


AUTOR: ACADÊMICO CLEBER LIMA CITADIN


Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de...8,0...atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

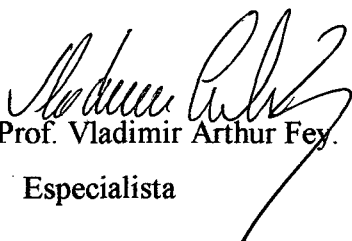
Florianópolis, 09 de Agosto de 1.999.


Profª Maria Denize Henrique Casagrande
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente : Prof. Alexandre Zoldan da Veiga.
Especialista


Membro : Prof. Lorea João Borges.
Especialista


Membro : Prof. Vladimir Arthur Fey.
Especialista

No desconhecido situa-se o verdadeiro campo de ação da impostura, já porque a própria extravagância a favorece e lhe dá crédito, já porque, escapando à razão comum, não temos meios para a combater. Eis por que, diz platão, é mais fácil ser acreditado quando se fala de coisas da natureza divina do que de coisas de natureza humana; pois a ignorância dos ouvintes abre bela carreira aos argumentos inverificáveis.

Michel de Montaigne

AGRADECIMENTOS

À Deus, que sempre me orientou pelos caminhos da vida.

Aos meus pais, Domingos e Teresinha que me apoiaram desde a infância na decisão de estudar.

Ao meu querido irmão, que mesmo distante foi meu melhor amigo e companheiro.

Aos meus amigos, pela contribuição até aqui nesta difícil jornada.

Ao professor Alexandre Zoldan da Veiga, por sua dedicação e paciência em me orientar neste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
CAPÍTULO I	
1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 ASSUNTO.....	01
1.2 TEMA.....	02
1.3 PROBLEMÁTICA.....	02
1.4 OBJETIVOS.....	02
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	02
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	02
1.5 JUSTIFICATIVA.....	03
1.6 METODOLOGIA.....	04
CAPÍTULO II	
2 IMPOSTO DE RENDA.....	07
2.1 TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.....	07
2.1.1 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.....	08
2.1.1.1 SIMPLES.....	08
2.1.1.2 LUCRO REAL.....	10
2.1.1.2.1 LUCRO REAL TRIMESTRAL.....	11
2.1.1.2.2 LUCRO REAL ANUAL.....	12
2.1.1.2.3 APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO LUCRO REAL.....	14
2.1.1.3 LUCRO PRESUMIDO.....	26
2.2 ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA	29
2.3 COMPENSAÇÃO COM PREJUÍZOS FISCAIS.....	30
CAPÍTULO III	
3.1 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO	31
3.1.1 PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO.....	33
3.1.2 NOVO CÁLCULO DO COFINS E PIS.....	33
3.2 IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	34
3.3 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS.....	34
3.4 MODELOS PARA CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	35
4 CONCLUSÃO.....	52
5 BIBLIOGRAFIA.....	54

RESUMO

Existem quatro formas de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A primeira trata-se do Regime do Simples, onde um único recolhimento ocorre calculado sobre o faturamento bruto mensal. Em seguida o Regime do Lucro Real, como o nome já informa calcula-se o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no Lucro Líquido ajustado pelas adições e exclusões tratadas pela legislação. Muitas empresas são obrigadas a esta forma de tributação por força de lei.

Outra forma de apuração, pelo Regime do Lucro Presumido, calcula uma base sobre o faturamento da empresa, somado com demais ganhos e rendimentos de aplicação financeira. É bom entender que existem percentuais diferentes para diversos ramos de atividade (serviços, vendas, entre outros). Após apurada a base de calculo, efetua-se a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Por fim, a apuração pelo Lucro Arbitrado, semelhante ao Lucro Presumido com a ressalva de percentuais de base maiores e bases a serem definidas pela legislação do lucro arbitrado.

Este trabalho reportou as empresas optantes pelo lucro presumido que estão em dúvida entre optar pelo Lucro Real ou permanecer no Lucro Presumido. Para 1.998 este problema era facilmente sanado. Tinha-se a opção definitiva para o Lucro Presumido no fim do exercício. Poderia se recolher o Imposto de Renda e Contribuição Social pelo Lucro Presumido o ano-calendário todo, porém somente no final do exercício se optaria pelo Lucro Presumido ou se fosse vantajoso calcular o Lucro Real considerando nossos recolhimentos anteriores como atrasados e por processo administrativo junto a receita modificar os códigos das guias. Como não se possui mais este benefício, tem se que optar pelo Regime Tributário no início do exercício sem base sólida para a decisão. Sendo importante aqui avaliar o andamento da empresa, quanto ao faturamento e resultados líquidos anteriores, bem como os orçados.

Outros fatores podem contribuir para a decisão entre uma opção e outra. A distribuição de lucros aos sócios, o fluxo de caixa a forma de escrituração dos eventos - Livro Caixa ou Diário. Cada empresa possui particularidades que fazem com que decisões diversas sejam tomadas. O que se pode fazer é garantir um modelo básico para os cálculos.

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASSUNTO

Diante das opções para apuração e recolhimento do Imposto de Renda o empresário precisa decidir qual opção de escolha trará maior benefício para sua empresa. É papel do contador atender esta necessidade oportunamente no início do exercício, quando a legislação viabiliza a possibilidade de mudança de opção de apuração de Imposto de Renda para determinados casos comparada com o ano anterior. Esta alternativa trata de passar da opção de Lucro Presumido para Lucro Real, porém aspectos normativos, fiscais e contábeis devem ser seguidos e considerados para uma correta transição. Essa prática requer informações econômicas, tais como: lucro, faturamento, despesas com tratamento diferenciado para fins fiscais, entre outros, para que a gestão tributária seja corretamente aplicada de forma a não ter maior desembolso para impostos. Tais informações econômicas necessitam do registro dos eventos econômicos para elaboração das demonstrações contábeis comprovando o equívoco em se manter somente o livro caixa, para os eventos que não o faturamento, ignorando a competência contábil. Destaque para importância de uma escrituração atualizada e oportuna para que a análise tributária seja feita em tempo hábil e correta, dentro dos prazos legais, caso exista a possibilidade de alteração da opção fiscal.

1.2 TEMA

Vantagens e desvantagens na transição de um exercício ao outro da opção de Imposto de Renda com base no lucro presumido àquela com base no lucro real.

1.3 PROBLEMÁTICA

Sobre que contexto torna-se vantajoso a transição da opção de lucro presumido à opção de lucro real? Dadas várias situações, em quais existiriam benefícios para a empresa e em quais não? Qual o papel da contabilidade em todos os seus campos para que está tomada de decisão não se torne errônea? Que implicações se tem contabilmente, caso a empresa possa optar por essa mudança?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Como objetivo principal esse trabalho pretende apresentar os aspectos de mudança da opção de Imposto de Renda de Lucro Presumido para Lucro Real.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo específico desse projeto é o Cálculo do Imposto de Renda pelo lucro presumido e real e a comparação entre ambos.

Apresenta-se a seguir os objetivos específicos secundários da monografia com intuito de elucidar o conteúdo trabalhado:

- a) Identificar as várias formas de apuração de Impostos de Renda e Contribuição Social;
- b) Evidenciar a importância de escrituração correta e tempestiva da contabilidade para fins fiscais;
- c) Demonstrar as eventuais vantagens ou desvantagens em mudar de opção de apuração, no caso particular de lucro presumido para lucro real.

1.5 JUSTIFICATIVA

O contador no exercício de sua profissão tem por premissa a maior apreensão possível das informações contábeis relevantes, para que um determinado usuário ou grupo de usuários possa ter uma visão do desenvolvimento das atividades operacionais. É dever do contador a orientação ao empresário também das obrigações fiscais, não devendo se tornar relapso neste campo. O ônus de uma imperfeição no cálculo de impostos e no cumprimento das obrigações para fiscais pode acarretar prejuízos enormes, tanto financeiros, de âmbito direto quanto indireto. Fazendo referência este último, à notificação e todo o processo de administração pública.

Faz-se necessário também que ele acompanhe o desenvolvimento da atividade do seu cliente para orientá-lo quanto aos futuros desembolsos com tributos, que pela relevância do montante devem ser projetados e acompanhados com rigor. É comum notar-se a admiração dos gestores quanto ao valor dos impostos. Em quase a totalidade suas previsões orçadas variam bastante das efetivadas.

Insere-se nesse trabalho a preocupação com as informações prestadas aos usuários. Não pode o contador se contentar somente em atender obrigações fiscais, mas é o mínimo que o cliente espera. Optou-se, dessa forma, em abordar o Imposto de Renda da pessoa jurídica privada e de suas opções de apuração pelo lucro real e lucro presumido.

Lembrando que a opção é definida no início do exercício e irrevogável até o próximo, portanto é de grande importância o acompanhamento dos Resultados anteriores, das estimativas de lucros para períodos posteriores precedidas de análises sobre os benefícios que teriam os clientes com esta alteração, se possível, do Imposto de Renda apurado com base no lucro presumido àquele apurado pelo lucro real.

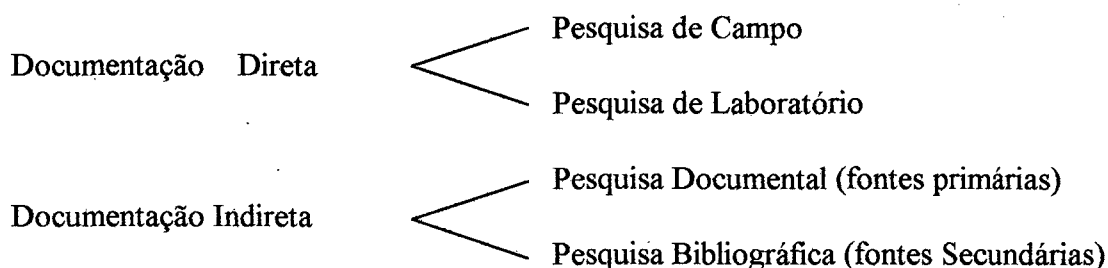
1.6 METODOLOGIA

Para um melhor entendimento: “ quando se fala em conhecimento, tem-se em vista o conhecimento da verdade, do pensamento, pois um conhecimento falso não é propriamente conhecimento, mas sim erro e ilusão...”(Bazarian, 1977, p.41). Não se deve entretanto imaginar que todo conhecimento é verdadeiro por si. Entretanto a afirmativa é de que o conhecimento é verdadeiro, porém for provada sua falsidade então deixa de ser conhecimento.

Mais importante são as categorias de conhecimento. Lakatos(1991, p.12-18) divide o conhecimento em popular, filosófico, religioso e científico. O conhecimento popular está fundamentado nas experiências próprias do sujeito cognoscente e tomado como verdade sem verificação ou fundamentação. “...pode-se dizer que o conhecimento vulgar ou popular, *latu sensu*, é o modo comum, corrente e espontâneo de conhecer, que se adquire no trato direto com as coisas e os seres humanos” (Lakatos, 1991, p.14). O conhecimento religioso se calca na fé do sujeito cognoscente e nas revelações divinas. “Assim, o conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as ‘verdades’ tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em ‘revelações’ da divindade” (Lakatos, 1991, p.17). O conhecimento filosófico procura apreender as leis universais humanas relacionadas com as conclusões da ciência, ou melhor dizendo, a filosofia questiona a ciência, exige sua verificação permanente. “...o objeto de análise da filosofia são idéias, relações conceituais, exigências lógicas que não são redutíveis a realidades materiais e, por essa razão, não são passíveis de observação sensorial direta ou indireta” (Lakatos, 1991, p.17). E o conhecimento científico procura explicar fenômenos do mundo real de forma sistemática e contingente. O conhecimento para permanecer a ciência e dito verdadeiro será verificado, comprovando sua autenticidade. “A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo

que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para reconhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais" (LAKATOS, 1987, p.44).

O conhecimento científico é obtido de modo formal e metodológico, portanto a pesquisa científica precisa obedecer a critérios para não perder sua validade. Pode-se dividir os processos de pesquisa conforme Lakatos (1987, p.44-45) :



A pesquisa bibliográfica trata do levantamento de toda publicação para afinidade do pesquisador com o assunto. Ela, assim como as demais formas de processo de pesquisa dará base para o trabalho científico seja ele qual for.

O trabalho científico poderá ser dissertação, tese ou monografia. "A monografia é o primeiro passo da atividade científica do pesquisador" (LAKATOS, 1987, p. 150). Pode-se ainda sintetizar algumas das características que a autora comenta sobre a monografia. É uma trabalho escrito, sistemático e de metodologia científica, de tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela com um estudo pormenorizado e exaustivo. E concluindo um trabalho no qual não importa a extensão, mas o caráter delimitado do tema e o nível de pesquisa científica.

Este trabalho é uma monografia que aplica o método científico comparativo, onde se investigam características para a apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social para Lucro Presumido e Lucro Real que podem ser adotados pelas empresas que atualmente apuram os impostos descritos pelo regime de Lucro Presumido. Como limitações do trabalho deixa-se de abordar estes impostos apurados na forma Lucro Arbitrado, bem como as

instituições imunes e isentas. Por aspectos legais a pesquisa situa-se no período de 1.999, não podendo ampliar-se além disso por correr em erro, caso a legislação se altere. Faz-se uma pesquisa bibliográfica sobre a legislação pertinente e os principais autores. Com base nestes elementos cria-se um modelo de cálculo para comparação da alternativa de apuração em torne-se mais vantajosa.

CAPÍTULO II

2 IMPOSTO DE RENDA

2.1 TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

O primeiro conceito tratado será o Fato Gerador, buscado no Código Tributário Nacional, que em verdade se trata da Lei 5.172 de 1.966. “O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente a sua ocorrência” (art. 114 da Lei 5.172/66). Ou seja, o disposto em conceito de fato gerador de uma taxa de serviço administrativo público, por exemplo, define o momento em que se materializa tal taxa, o momento em que ela ocorre, em que é gerada. O fato gerador do Imposto de Renda, a partir do qual ele existe e portanto é de direito da União, e consequentemente dever do contribuinte em recolhê-lo, é a renda seja ela do capital, trabalho, ambos, ou demais ganhos, definidos por lei como proventos de qualquer natureza.

“Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.(art. 43 da Lei 5.172/66)”

Também no Código Tributário Nacional a base de cálculo do Imposto de Renda está definida. Deste conceito também surge as formas de tributação aceitas e normatizadas.

“Art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis. (art. 44 da Lei 5.172/66)”

2.1.1 FORMAS DE TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Parte-se agora para definição dos tipos de tributação, entendidos pela boa técnica como regimes tributários.

2.1.1.1 SIMPLES

O regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, instituído pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES regulamentado pela Lei 9.317/96 com modificações introduzidas pela Lei 9.732/98 que substitui diversos impostos e contribuições dentre eles o Imposto de Renda, objeto desse trabalho. “Art. 1º - ..., em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável as microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.” (art. 1º , Lei 9.317/96). Pelo sistema se recolhe um percentual sobre o faturamento mensal, os percentuais de alíquotas são variáveis em faixas de faturamento acumulado e adota-se de uma única guia para recolhimento, conforme artigo 5º da lei 9.317/96 combinado com o artigo 3º da lei 9.732/98 resumidos na tabela abaixo:

	Faturamento Bruto Acumulado	Percentuais por faixa de Receita Bruta	
		Simplex	Simplex + IPI
Micro- Empresas	Até R\$ 60.000,00	3%	3,5%
	De R\$ 60.000,01 até R\$ 90.000,00	4%	4,5%
	De R\$ 90.000,01 até R\$ 120.000,00	5%	5,5%
Empresa de Pequeno Porte	de R\$ 120.000,01 até R\$ 240.000,00	5,4%	5,9%
	de R\$ 240.000,01 até R\$ 360.000,00	5,8%	6,3%
	de R\$ 360.000,01 até R\$ 480.000,00	6,2%	6,7%
	de R\$ 480.000,01 até R\$ 600.000,00	6,6%	7,1%
	de R\$ 600.000,01 até R\$ 720.000,00	7%	7,5%
	de R\$ 720.000,01 até R\$ 840.000,00	7,4%	7,9%
	de R\$ 840.000,01 até R\$ 960.000,00	7,8%	8,3%
	de R\$ 960.000,01 até R\$ 1.080.000,00	8,2%	8,7%
	de R\$ 1.080.000,01 até R\$ 1.200.000,00	8,6%	9,1%

Salienta-se que estes percentuais se referem tão somente ao âmbito federal, existe ainda a questão da adesão dos estados federados e dos municípios (§§ 3 e 4, art. 5 lei 9317/96).

Maior importância porém se dá ao impedimento da adoção da Contribuição do Simplex, dado pela lei 9.317/96:

“Art. 9º - Não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais): (Este inciso esta de acordo com a lei 9.732/98)”

Nestes incisos a lei estabeleceu parâmetros de faturamento para uma empresa optar pela Contribuição do Simples, já que a intenção é o incentivo de pequenas empresas de baixo faturamento. Prosseguindo o mesmo artigo 9º da lei 9317/96 trata de outros casos particulares ou de tópicos semelhantes para aquelas empresas obrigadas a tributação do Lucro Real os quais compilam-se da seguinte forma:

- a) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- b) cuja atividade seja instituição financeira ou equiparada;
- c) que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;
- d) que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;
- e) constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, de ambas as esferas do poder;
- f) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- g) cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;
- h) que realize operações relativas a:
 - 1) importação de produtos estrangeiros;
 - 2) locação ou administração de imóveis;
 - 3) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
 - 4) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
 - 5) factoring;

Caso estes demais incisos não existissem ocorreria uma divergência com a legislação que trata do Lucro Real, quanto aos demais incisos não há argumento técnico conhecido.

2.1.1.2 LUCRO REAL

Estão obrigadas a este regime de tributação as empresas que conforme o artigo 14 da Lei 9718/98 :

“I - cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do artigo 2º da lei nº 9.430, de 1996; [.....]

XII - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).”

2.1.1.2.1 LUCRO REAL TRIMESTRAL

O lucro real poderá ser calculado de duas formas. A primeira pelo lucro trimestral, quando o imposto é apurado trimestralmente e considerado definitivo, ou seja, os períodos de apuração do Lucro Real são trimestrais, portanto o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido são trimestrais. E sendo a base destes impostos o lucro líquido ajustado, ou seja após apurado o lucro contábil ajusta-se com as adições de despesas indedutíveis para o Imposto de Renda ou com exclusões de rendimento isentos, levanta-se Balanço Patrimonial em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e Demonstrações do Resultado do Exercício dos Períodos correspondentes a 1º de janeiro a 31 de março, 1º de abril a 30 de junho, 1º de julho a 30 de setembro e 1º de outubro a 31 de dezembro. Esta forma porém é dispendiosa, pois o prejuízo de um trimestre não é compensado totalmente contra o lucro de outro trimestre. Um exemplo é se a empresa possuir um prejuízo fiscal de R\$ 100,00 (cem reais) em 31 de março de 1999 e um lucro real de R\$ 50,00 (cinquenta reais) em 30 de junho

do mesmo ano. Neste caso só pode se compensar R\$ 15,00 (quinze reais), ou seja trinta por cento (30%) do lucro real e não todo o prejuízo fiscal.

“Art. 15 - O prejuízo fiscal apurado a partir do encerramento do ano-calendário de 1995 poderá ser compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, com o lucro líquido ajustado pelas adições ou exclusões previstas na legislação Imposto de Renda, observado o limite máximo, para a compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado. (Art. , 15 Lei 9065 de 20 de junho de 1995)”

2.1.1.2.2 LUCRO REAL ANUAL

Para evitar tamanho desembolso a segunda opção é o lucro anual com recolhimentos mensais estimados. Durante o ano, recolhe-se o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pela estimativa mensal com base no faturamento, sendo praticamente a mesma base para o lucro presumido. Ao encerrar o exercício então se apura o resultado no LALUR, Livro de Apuração do Lucro Real, ajusta-se o resultado pelas adições de despesas consideradas indedutíveis e exclusões de receitas ou rendimentos isentos ou dedutíveis para apuração do lucro real ou prejuízo fiscal. O Lucro Real ou Prejuízo Fiscal será confrontado com os recolhimentos por estimativa e o resultado positivo será recolhido enquanto o resultado negativo, compensado ou restituído conforme os prazos legais.

Esta última opção permite a redução ou suspensão do pagamento do imposto, benefício que a apuração de lucro real trimestral restringe aos trinta por cento já comentados. A vantagem do recolhimento por estimativa esta na suspensão ou redução do recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, para isso basta que no período em curso a empresa tenha prejuízo ou lucro que no caso de encerramento de atividades, naquele mês se tem um recolhimento a menor ou mesmo a suspensão do mesmo, ou ainda cabe a restituição dos recolhimentos anteriores. De acordo com o inciso I do artigo 12 da IN 93/97 do SRF considera-se período em curso aquele compreendido entre 01 de janeiro ou o dia de início de atividade e o último dia do mês a que se referir o balanço ou balancete. O imposto devido no período em curso é obtido mediante a aplicação da alíquota do imposto de renda

sobre o lucro real apurado conforme comentários posteriores. A suspensão do recolhimento ocorrerá quando a soma dos valores pagos anteriormente no exercício exceder o montante do devido. A redução ocorrerá quando a estimativa mensal for superior ao valor necessário para recolhimento do imposto no período em curso subtraído do total de recolhimentos efetuados nos meses anteriores.

Um exemplo seria o levantamento de um balanço ou balancete do período de 01 de Janeiro de 1.999 a 31 de Julho de 1.999 com um lucro ajustado pelas adições e deduções em cento e vinte mil reais (R\$ 120.000,00) que gera um imposto de renda na ordem de dezoito mil reais (R\$ 18.000,00), o total já recolhido desde fevereiro é no montante de dezessete mil reais (R\$ 17.000,00), pela estimativa mensal hipoteticamente chega-se ao devido de dois mil reais (2.000,00) para recolhimento em 31 de Agosto referente a Julho, então com o Balanço ou Balancete de suspensão pode-se lugar de pagar dois mil reais pagar mil reais apenas. Esta é a diferença entre os dezoito mil reais (R\$ 18.000,00) devidos e os dezessete mil reais (R\$ 17.000,00) já recolhidos até o momento. Gerando assim uma economia na ordem de mil reais (R\$ 1.000,00).

Caso o período em curso onere mais a empresa então se prossegue com o recolhimento da estimativa mensal. Outro ponto a ser lembrado diz respeito a Contribuição Social que para uma correta análise da vantagem ou não de suspensão deve ser calculada paralelamente com o Imposto de Renda.

O Balancete ou Balanço de suspensão ou redução do imposto de renda e contribuição social deve estar contido no Diário, até a data fixada para pagamento do imposto de renda e contribuição social, acompanhado do LALUR (livro de apuração do Lucro Real) correspondente. Servirão estes balancetes ou balanços somente para determinação do imposto de renda e contribuição social.

2.1.1.2.3 APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO LUCRO REAL

Optando pelo Lucro Real Trimestral ou Anual, em qualquer dessas formas será necessário o cálculo da base do Imposto de Renda. Nem todo o ganho auferido é tributado assim como no resultado positivo de uma empresa nem toda a despesa é considerada, ou dedutível como a lei comenta, tratam-se de despesas que serão adicionadas ou lucro ou prejuízo contábil para que se possa determinar o lucro real ou prejuízo fiscal, se for o caso. É através do LALUR antes comentado que efetua a demonstração dessas adições e subtrações do resultado do exercício. Há aqui uma preocupação para um entendimento geral sobre despesas dedutíveis ou indedutíveis para o lucro real. O artigo 299 do RIR/99 aborda o assunto de forma a não deixar dúvida, as despesas serão consideradas dedutíveis para efeito do cálculo do imposto de renda quando necessárias à atividade das empresas e à manutenção da respectiva fonte produtora de receitas.

“Art. 231 - Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor (Lei n.º 9430, de 1996, art. 2º, parágrafo 4º):

I - dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os respectivos limites, bem assim o disposto no art. 543;

II - dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III - do imposto pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV - do imposto pago na forma dos artigos. 222 a 230. (Decreto 3.000/99)”

“Art. 543 - O valor do adicional de que trata este Subtítulo será recolhido integralmente como receita da União, não sendo permitidas quaisquer deduções (Lei n.º 9249, de 1995, art. 3º, parágrafo 4º, e Lei n.º 9718, de 1998, art. 8º, parágrafo 1º).(Decreto 3.000/99)”

“Art. 8º Fica elevada para três por cento a alíquota da COFINS.

§ 1º A pessoa jurídica poderá compensar, com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL devida em cada período de apuração trimestral ou anual, até um terço da COFINS efetivamente paga, calculada de conformidade com este artigo. (art. 8º lei 9718/98)”

Destaca-se agora neste trabalho e de acordo com os autores HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI (1999, p. 173-192) alguns despesas que podem ou não ser dedutíveis e que no momento da apuração do lucro real ou prejuízo fiscal podem gerar duvidas:

a) Despesas de Veículos.

Normalmente "as despesas com combustíveis e manutenção de veículos escriturados no ativo imobilizado da pessoa jurídica, por presunção legal, são necessárias à atividade" (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 174). Quando as despesas se referirem a veículos de empregados, administradores ou sócios da pessoa jurídica se torna necessária a produção de provas da utilização desse veículo na atividade da empresa através corroborando as despesas com o valor ressarcido. Segundo o PN 108/72 são dedutíveis para efeito de obrigação legal devem atender a três requisitos:

1 uso efetivo dos veículos;

2 desembolso do preço;

3 adequação do preço.

Ainda assim em muitos casos se pode ter problemas para comprovação, principalmente tratando-se de atividade que não exige utilização de automóvel para locomoção e efetuação da atividade.

b) Despesas com Transporte

As despesas com transporte do profissional e familiares do domicilio de origem para o local de trabalho são consideradas dedutíveis quer no início ou fim do contrato de prestação de serviços.

c) Despesas de Viagens

As pessoas jurídicas podem deduzir como despesas operacionais independente de comprovação gastos com alimentação em viagens de empregados e diretores o limite de 20 BTN por dia de viagem (IN 74/89), valor este que passou a partir de 01/01/96 com o artigo 30 da Lei 9.249 /95 para R\$ 16,57 (dezesseis reais e cinquenta e sete centavos). São comprovantes de despesas viagem de empregados, diretores ou sócios para realização de suas funções ou atividades empresariais são dedutíveis: recibo de estabelecimento hoteleiro ou bilhete de passagem desde que mencione o nome do funcionário a serviço da pessoa jurídica.

Não integram este elenco de despesas de viagem aquelas relacionadas com transferência definitiva do funcionário de um estabelecimento para outro estabelecimento da empresa. Os pagamentos feitos a vendedores a título de reembolso de despesas de viagens só serão dedutíveis mediante comprovantes dos gastos realizados pelos beneficiários.

As despesas pagas por pessoas jurídicas com o envio de empregados ao exterior para prestação de serviços é dedutível, bem como os dispêndios com estágios e cursos de aperfeiçoamento quando sejam necessários para o desempenho da pessoa jurídica em suas operações.

Tanto as despesas de viagens como as de veículos realizadas por funcionário a serviço da pessoa jurídica não podem ser comprovadas por meros relatórios de viagens.

d) Contribuições e Doações

A partir de 01-01-96 de acordo com o artigo 13 da Lei 9.249/95 somente são dedutíveis as contribuições para projetos culturais, as efetuadas para instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 213 da CF "I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades", e as efetuadas para entidades civis, sem fins lucrativos, que

prestem serviços gratuitos em benefício de empregados e dependentes da pessoa jurídica doadora ou em benefício da comunidade local.

e) Estatuto da Criança e do Adolescente

O limite máximo de dedução do imposto de renda devido na apuração mensal das empresas jurídicas, correspondente ao total das doações efetuadas no mês é fixada em 1% (um por cento).

f) Perdão de Dívida

Quando uma empresa com sede no País recebe perdão de dívida de outra pessoa jurídica, também, com sede no País, para aquela empresa o valor perdoado constitui receita tributável, enquanto para a empresa que perdoa a dívida da despesa é indedutível por se tratar de mera deliberalidade.

g) Despesas de Relações Públicas

As despesas referentes as almoços, recepções, festas e conagraçamentos são dedutíveis se relacionadas com a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa.

h) Nota Fiscal Simplificada e Cupons de Máquinas Emissoras

Ambos esses documentos não são hábeis para comprovar despesas efetuadas por pessoas jurídicas que apuram o lucro real. Entre tanto algumas máquinas de emissão de cupom fiscal descriminar na emissão dados suficientes para identificação da mercadoria e respectivo preço bem como dados sobre o cliente. Neste caso se torna dedutível o cupom fiscal.

Outro cuidado a ser tomado e quando da emissão de Nota Fiscal comum, já que são necessárias para sua dedutibilidade: nome do cliente e descrição correta das despesas. Em muitos casos é comum verificar expressões como "despesas", "diversos", "despesas diversas".

i) Despesas Financeiras

São dedutíveis para determinação do lucro real, porém o fisco tem entendido como indevidas quando o empréstimo for tomado e repassado para uma controlada.

j) Despesas não contabilizadas

"Não podem ser consignadas as exclusões que possam resultar da falta de registro na escrituração comercial de custos ou de despesas operacionais, ou ainda as que tenham por objeto complementar valor da mesma natureza insuficientemente registrado." (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 181)

k) Despesas Plurianuais

Depara-se com casos como de prêmios de seguro cujo contrato abrange mais de um exercício social. Neste caso se deve apropriar proporcional a cada um dos exercícios a que se referirem.

l) Rateio de Despesas Administrativas

Em grupos econômicos setores de consultoria e administração geral são centralizados e utilizados em todas as filiais ou coligadas/controladas. Desta forma se torna prudente para evitar discussões um contrato para rateio das despesas geradas por esse setores.

m) Custo de Projeto Não Implantado

As despesas consideradas pré-operacionais realizadas, podem ter sua dedutibilidade integral no exercício, caso a empresa desista de sua implantação.

n) Condenações Judiciais

O 1º C.C. decidiu pelo Ac. 103-10967/91 (DOU de 16-02-95) que em processo judicial diante do risco de perda da causa, caso que as custas do processo são pagas pela parte perdedora, pode-se constituir provimento ao recurso que tratar-se de despesas necessária à atividade da empresa.

o) Locação de Bens

São custos ou despesas operacionais os aluguéis em modalidade comum de bens de produção. Quanto ao arrendamento mercantil desde de que o valor de compra do bem para aquisição por parte da arrendatária e que não se compensem com aluguéis pagos e que a opção de compra não esteja prevista no contrato de arrendamento.

Os pagamentos a título de luvas ou equiparados para locação de bens destinados a uso da adquirente serão ativados e amortizados por ocasião da determinação do prazo do direito.

p) Despesas Médicas, Odontológicas, Farmacêuticas e Sociais

"São considerados despesas dedutíveis desde que destinadas indistintamente a todos a todos os seus empregados, art. 360 do RIR/99". (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 183) No caso de pagamento de despesas hospitalares vultosas de um funcionário, por precaução se deve considerar como gratificação pagando imposto de renda na fonte e contribuição previdenciária a cargo do empregador.

q) Complementação de Proventos de Aposentadoria

São dedutíveis somente as contribuições provisionadas indistintamente a todos os empregados e pagas a entidades de previdência privada autorizadas a funcionar (Art. 301 RIR/94). Contribuições destinadas a custear seguros e planos de saúde a benefícios complementares aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica são integralmente dedutíveis na forma do art. 13 da Lei 9.249/95.

"Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I - de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei n.º 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei n.º 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável;

II - das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III - de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV - das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V - das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI - das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII - das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I - as de que trata a Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.”

Os resgates efetuados pelos quotistas ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos mediante aplicação da tabela.

r) Cartões de Crédito

Somente são despesas operacionais, e portanto dedutíveis para base do imposto de renda os dispêndios de cartão de crédito de seus dirigentes e empregados caso se demonstrem usuais, normais e necessários a atividade operacional da empresa (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 185).

s) Juros e Correção Monetária sobre Empréstimos de Sócios

"São admitidos como despesas operacionais os juros abonados aos empréstimos e soldos credores de contas correntes de sócios, acionistas, dirigentes, administrador ou participante nos lucros de pessoa jurídica, desde que haja contrato escrito com cláusula expressa (PN n 138/75)" (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 185). Observando que as taxas utilizadas devem menores que as utilizadas no mercado financeiro ou cobradas pelos empréstimos obtidos pela empresa.

t) Comissão de Agentes

As comissões de agentes referentes a intermediação nos negócios são dedutíveis. Para o caso de comissões pagas à controlada do exterior torna-se necessário as despesas sejam comprovadas que foram diretamente contratadas e que sem a intermediação não ocorreriam vendas.

u) Comissões e Assessoria

Não são dedutíveis as importâncias declaradas como pagas ou creditadas a título de comissões, bonificações, gratificações ou semelhantes, quando não for indicada a operação ou a causa que deu origem ao rendimento. As despesas relativas a prestação de serviços cuja prestadora não possua pessoal técnico é considerada indedutível por que os mesmos não poderiam ser prestados.

No caso de representação comercial pode se contabilizar a percentagem pactuada entre as partes sem celebração de contrato quanto não existe disparidade com o mercado.

v) Documentos Inidôneos

A Receita Federal considera inidôneo o documento emitido em nome da pessoa jurídica que não exista de fato .

x) Prêmios de Seguro de Vida

Quando os prêmios de seguro de vida para sócios pagos pela pessoa jurídica não constitui despesa dedutível não se tratar de valor usual e normal para a empresa. Diferente daquelas pagas para diretores, gerentes ou funcionários-chave ou mesmo quando estendida a todos indistintamente. Configurando este último como uma modalidade de assistência social.

w) Despesas Apropriadas Fora do Período-Base de Competência

São dedutíveis a partir do Decreto-lei n 1.598/77 com o artigo 6º . (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 188)

y) Indenização por Acidente de Trânsito

São dedutíveis as despesas com indenização por danos materiais causados a terceiros em acidentes envolvendo veículo e motorista da empresa, quando a indenização decorre de condenação judicial. Não é dedutível como operacional quando despesa ou pagamento de indenização de terceiros em razão de condenação judicial por ato ilícito. (Ac. 101-80.657/90 e 103-11243/91 do 1º C.C). (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 1999, p. 189)

z) Multas Contratuais

Esse caso se tratam como despesas operacionais aquelas descumprimento de cláusula que obrigue o representante comercial a vender determinada quota de mercadorias.

aa) Despesas em Nome de Terceiros

Estando tais despesas relacionadas com a atividade da empresa como é o caso de telefones e imóveis alugados são consideradas despesas operacionais e portanto dedutíveis.

ab) Furto e Apropriação Indébita

Somente quando houver inquérito instaurado nos termos da legislação trabalhista ou quando apresenta queixa perante a autoridade policial, art. 364 do RIR/99

ac) Pagamentos a Sociedades Civis

Não são dedutíveis pagamentos a sociedades civis relacionadas com pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar.

ad) Prejuízo na Venda de Ações em tesouraria

A ineditutibilidade do prejuízo aplica-se exclusivamente para as sociedades por ações em forma de companhia.

ae) Perdas em Investimentos no Exterior

São dedutíveis na determinação do lucro real a amortização de prejuízos e perdas de capital derivados de investimentos em sociedades estrangeiras coligadas e controladas que não funcionem no País, conforme decidiu o 1º C.C. no Ac. no 105-73661/90 (DOU de 17-09-90) (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI,1999, p. 190).

Segundo o artigo 25 da Lei 9.249/95 os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real das pessoas jurídicas correspondentes ao balanço levando em 31 dezembro de cada ano mas os prejuízos e perdas não serão compensados com lucros auferidos no Brasil.

A ineditutibilidade da perda de capital decorrentes de aplicações e operações efetuadas no exterior pela própria empresa e de alienações de filiais, sucursais e participações societárias.

af) Participação de Sócios e Administradores

As participações de administradores devem ser adicionadas ao lucro líquido do exercício, na apuração do lucro real, em qualquer hipótese.

ag) Participação de Empregados nos Lucros

Podem ser deduzidas na apuração do lucro líquido do exercício as participações nos lucros da pessoa jurídica atribuídas a seus empregados de forma geral e sem discriminações. Para que não ocorra discriminações as distribuições devem ser feitas duas vezes por ano com no máximo e devem resultar de acordo com o sindicato.

ah) O governo vem reeditando Medida Provisória que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas em caráter obrigatório. É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição a título de participação nos lucros em periodicidade inferior a um semestre.

ai) Pagamentos por Mera Liberalidade

Os pagamentos por mera liberalidade que não entram no conceito de despesas necessárias à atividade da empresa, e não são dedutíveis salvo as expressamente admitidas pela legislação fiscal, como é o caso das doações e contribuições do artigo 365 RIR/99

aj) Outras Despesas

São dedutíveis as despesas com telefonemas efetuados de aparelhos que embora estejam em nome de seu sócio foi usado pela firma.

O pagamento dos prêmios e seguro de vida dos sócios, ainda que a beneficiária seja pessoa jurídica, não é dedutível do lucro real levando em conta que o capital da apólice não compõe o lucro real.

Determinadas receitas são tributáveis e outras constituem rendimentos e ganhos não tributáveis, os quais serão elencados a seguir:

a) Indenização de Seguro

O resultado líquido apurado em conta transitória que registra o valor de indenização por seguro pela perda de um bem é tributada pelo imposto de renda. Constituindo

receita não operacional e portanto deve integrar a base de cálculo junto ao lucro líquido do exercício.

O prêmio de apólice de seguro por morte do sócio é isento de tributação do imposto de renda. Diferente se o finado for diretor, empregados-chave.

b) Resultados de Hedge

Tanto os resultados positivos como negativos na operação de hedge devem ser ajustados no lucro real. O Hedge para maior entendimento se refere a operações de mercado de futuros e bolsas com o intuito de reduzir riscos de perdas comerciais. Portanto se caracterizada a operação de mercado como especulativa o rendimento será tributado e perda constituirá despesa indedutível.

c) Doações e Subvenções

Na receita bruta operacional da pessoa jurídica beneficiária se integram as subvenções destinadas ao custeio ou operação, não alcançando as que se destinem, especificamente à realização de investimentos. Essas últimas são registradas como reserva de capital, não serão computadas na determinação do investimento.

Os terrenos recebidos como doação para construção de fábrica em distrito industrial do município, serão contabilizados como reserva e posteriormente capitalizados.

d) Redução ou Devolução de ICMS

Por conta de incentivos fiscais de ICMS vários estados brasileiros visando o desenvolvimento industrial. Essas reduções ou devoluções de ICMS tem natureza de subvenção para investimento e são isentas de imposto de renda (contribuição social também)

e) Ágio na Emissão de Ações

A diferença positiva entre o preço das ações e seu valor patrimonial não configura rendimentos para base de calculo do imposto de renda, sendo que esta empresa gozará do

benefício somente se for sociedade anônima ou estar constituída sob esta forma durante a subscrição e capitalização da reserva. (art. 439 do Decreto 3.000/99)

f) Lucro a Venda de Ações em Tesouraria

Não constitui cômputo para o lucro real conforme art. 439 do Decreto 3.000/99. Essa venda porém deve ser contabilizada como reserva de capital para se evitarem interpretações fiscais desfavoráveis.

g) Títulos Patrimoniais das Bolsas de Valores

O Acréscimo do valor nominal dos títulos patrimoniais da bolsas de valores, não constituem nem receita nem ganho para as sociedades corretoras

2.1.1.3 LUCRO PRESUMIDO

Não obrigada a tributação pelo lucro real e não podendo optar pela Contribuição do Simples a empresa tem como escolha a tributação pelo Lucro Presumido ou Arbitrado. Tratar-se-á agora do primeiro.

Assim como Lucro Real o período base de apuração do Lucro Presumido será trimestral com encerramentos de mesmo período que o Lucro Real trimestral. A grande vantagem está na forma mais simplificada de apuração. O lucro presumido como o nome já diz não precisa ser apurado o lucro, ele é estimado, ou melhor presumisse que a maioria das empresas consigam o percentual fixo de seu faturamento como retorno, ou melhor dizendo lucro. Desta forma, um percentual do faturamento é dado por lei para seu ramo de atividade de tal forma que se aplica 15% (quinze por cento) para Imposto de Renda mais 10% (dez por cento) de adicional. O artigo 3º IN 93/97 do SRF expõe os percentuais de base do imposto de renda conforme se resume :

I - 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida na atividade de venda de mercadorias e produtos;

II - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) sobre a receita bruta auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

III - 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação de serviços hospitalares e de transporte de carga;

IV - 16% (dezesesseis por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação dos demais serviços de transporte;

V - 32 % (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida com as atividades de serviço exceto hospitalares e transporte;

VI - 16% (dezesesseis por cento) para as pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Caso a receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurada em relação a cada mês transcorrido.

Outra vantagem está nos prazos de recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Por exemplo apurando o Imposto de Renda do primeiro trimestre, ou seja em 31 de março no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O vencimento normal é para 30 de abril, porém o montante pode ser parcelado desde que obedecidos os valores mínimos e considerando os acréscimos legais conforme segue o artigo 5º da Lei 9430/96:

“Art. 5º O Imposto de Renda devido, apurado na forma do art. 1º, será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, o imposto devido poderá ser pago em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes ao de encerramento do período de apuração a que corresponder.

§ 2º Nenhuma quota poderá ter valor inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

§ 3º As quotas do imposto serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento.

§ 4º Nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, o imposto devido deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao do evento, não se lhes aplicando a opção prevista no § 1º.”

A opção pela tributação com base no Lucro Presumido é aplicado em relação a todo o período de atividade da empresa em cada ano-calendário e manifesta-se com o pagamento da primeira ou única quota de imposto do primeiro período de apuração do exercício.

Quanto a base de cálculo pode se ainda proferir que sobre a receita bruta, que compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia, excluídos as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não-cumulativos (ICMS em substituição tributária e IPI). Serão acrescidos a base de cálculo os outros ganhos e receitas como:

“Art. 4º - Serão acrescidos à base de cálculo, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, inclusive:

I - os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas, exceto se a mutuária for instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;

III - os ganhos auferidos em operações de cobertura ("hedge") realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;

IV - a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;

V - os juros de que trata o parágrafo 4º do art. 39 da Lei nº 9250, de 1995, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

VI - as variações monetárias ativas.

Parágrafo 1º - O ganho de capital, nas alienações de bens do ativo permanente e de ouro não considerado ativo financeiro, corresponderá à diferença positiva verificada entre o valor da alienação e o respectivo valor contábil.

Parágrafo 2º - Para efeito de apuração do ganho de capital, considera-se valor contábil:

I - no caso de investimentos permanentes em:

a) participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição, o valor de aquisição;

b) participações societárias avaliadas pelo valor de patrimônio líquido, a soma algébrica dos seguintes valores, atendido o disposto no art. 377 do RIR/94:

1 - valor de patrimônio líquido pelo qual o investimento estiver registrado;

2 - ágio ou deságio na aquisição do investimento;

3 - provisão para perdas, constituída até 31 de dezembro de 1995, quando dedutível.

II - no caso das aplicações em ouro, não considerado ativo financeiro, o valor de aquisição;

III - no caso dos demais bens e direitos do ativo permanente, o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão acumulada, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 369 do RIR/94;

Parágrafo 3º - No caso de outros bens e direitos não classificados no ativo permanente, considera-se valor contábil o custo de aquisição.

Parágrafo 4º - Nas hipóteses dos parágrafos anteriores, a não comprovação dos custos pela pessoa jurídica implicará adição integral da receita à base de cálculo do imposto de renda devido mensalmente.

Parágrafo 5º - O ganho de capital auferido na venda de bens do ativo permanente para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação (art. 370 do RIR/94) deverá integrar a base de cálculo do imposto de renda mensal, podendo, para efeito de determinar o lucro real, ser computado na proporção da parcela do preço recebida em cada mês." (art. 4º I.N. 93/97 do SRF)

2.2 ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA

Para a base de cálculo mensal do imposto de renda que superar vinte mil reais (R\$ 20.000,00), será calculada sobre o excedente mais dez por cento (10%) correspondente ao adicional do imposto de renda que devesse ser pago com o restante calculado à quinze por cento sobre o total da base. O adicional para o lucro presumido guardará a proporcionalidade sendo então calculada sobre o excesso de sessenta mil reais (R\$ 60.000,00).

2.3 COMPENSAÇÃO COM PREJUÍZOS FISCAIS

Os prejuízos não operacionais, apurados pelas pessoas jurídicas, a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados com lucros de mesma natureza, observando o limite previsto no art. 15 da lei 9.065/95

“O prejuízo fiscal apurado a partir de encerramento do ano-calendário de 1995, poderá se compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, com o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, observado o limite máximo para a compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado.

Parágrafo único – O disposto neste artigo somente se aplica às pessoas jurídicas que mantiverem os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para a compensação.”

CAPITULO III

3.1 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

A contribuição social sobre o lucro dos empregadores é uma das fontes de recursos previstas no art. 195 da Constituição Federal para atender o programa de seguridade social. Essas contribuições só poderão ser exigidas 90 dias após a data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Não sujeita-se ao princípio da anualidade, o governo não está impedido de cobra-la no mesmo exercício.

Aplicam-se à apuração da base de cálculo e ao pagamento da Contribuição Social sobre o lucro líquido as mesmas normas da legislação para regimes do Imposto de Renda. Portanto se o Imposto de Renda é calculado pelo regime de lucro real a contribuição social também será, e em caso do imposto de renda ser calculado pelo regime de lucro presumido, da mesma forma, a contribuição social deverá ser apurada.

A base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado e pelas demais empresas dispensadas de escrituração contábil, corresponderá à soma dos valores:

a) de que trata o art. 20 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, ou seja, para pagamento mensal a base de cálculo será de 12% (doze por cento) da receita bruta;

b) os ganhos de capital, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo inciso anterior e demais valores determinados nesta Lei, auferidos naquele mesmo período.

Em se tratando de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de empresa com apuração de lucro real, existem ajustes a serem feitos ao lucro líquido contábil para efeito de base de cálculo introduzidas pela lei 8.034/90 combinadas com a I.N. n.º 90/92 :

“1 adição do resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido;

2 adição do valor da reserva de reavaliação, baixado durante o período-base, cuja contrapartida não tenha sido computada no resultado do período;

3 adição do valor das provisões não dedutíveis na determinação do lucro real, exceto provisão para o imposto de renda;

4 exclusão do resultado positivo da avaliação de investimentos avaliados pelo valor do patrimônio líquido;

5 exclusão dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receitas;

6 exclusão do valor das provisões adicionadas, na forma do item 3, que tenham sido baixadas no curso do período-base;” (art. 1º, IV, c da Lei 8034/90)

“7 dedução das participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.” (Art. 7º da IN n.º 90, de 15/07/92).

A alíquota da Contribuição Social a ser aplicada ou lucro ajustado ou a base de 12% para apurações mensais de estimativa ou presumida, é de 8% (oito por cento) para o período de 1º de Janeiro até 30 de Abril de 1.999 e de 12% (doze por cento) para 1º de Maio à 31 de Dezembro de 1.999. A IN 81 do SRF esclarece para as empresas optantes pelo lucro real a contribuição social será apurada da seguinte forma:

I - para a base de Janeiro a Dezembro será aplicada a alíquota de 8%;

II -de Maio a Dezembro será aplicada um adicional de 4%, que reitera os 12%.

A mesma instrução expõe o tratamento para a base de cálculo do lucro real trimestral e da base trimestral para o lucro presumido:

I - para o primeiro trimestre se aplica a alíquota de 8%;

II - para o segundo trimestre será aplicada 8% para o trimestre, mais um adicional de 4% aplicados somente sobre a base que agregará maio a junho.

3.1.1 PAGAMENTO MENSAL ESTIMADO

A pessoa jurídica que houver optado pelo pagamento do Imposto de Renda na forma do Lucro Real com recolhimento por estimativa fica, também, sujeita ao pagamento mensal da Contribuição Social sobre o lucro líquido, determinada mediante a aplicação da alíquota a que estiver sujeita a sobre a mesma base de cálculo mensal conforme alíneas 'a' e 'b'

3.1.2 NOVO CÁLCULO DO COFINS E PIS

Pela alterações introduzidas pela Lei 9718/98 o Pis/Pasep e a Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado tiveram sua base de cálculo ampliadas. Abrangem agora o total das receitas auferidas, inclusive as de origem financeira, menos o IPI, o ICMS na condição de substituto tributário, as reversões de provisões de créditos e a receita da venda de bens do ativo permanente. A Cofins se eleva para 3% (três por cento) sendo 2% (dois por cento) imposto devido e 1% (um por cento) Cofins a recuperar contra a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de mesma competência.

Para o lucro real a contribuição social é baseada no lucro líquido ajustado conforme o caso, porém no caso de uma contribuição social menor que o um por cento (1%) de Cofins a recuperar tem-se que calcular a Contribuição Social e a Cofins devida com base em fórmula matemática, já que estando a contribuição social menos que um por cento da Cofins recolhida o excesso de recolhimento será apropriado como Cofins devida e a contribuição social receberá nova base de cálculo. Sendo assim o caso, aplica-se para encontrar a nova Contribuição Social Devida :

$[\text{Lucro Antes das Alterações} - (1\% \text{ da Cofins} - \text{Contr. Social Devida Anteriormente})] \times \text{Alíquota}$
--

Essa é uma a peculiaridade provável no período de Fevereiro a Abril de 1.999, quando a alíquota da contribuição ainda era 8% e já existindo a compensação de 1% da Cofins de 3%. Supondo um exemplo: a lucro líquido ajustado de R\$ 1.500,00 , que gera Contribuição Social de R\$ 120,00. O Faturamento para efeito de exemplo era de R\$ 15.000,00, logo o 1% de Cofins era de R\$ 150,00. Com o cálculo da fórmula de ajuste da

Cofins e Contribuição Social fica assim: Contribuição Social em R\$ 117,60, Cofins a Recuperar zero, Cofins (parte dedução da Receita) R\$ 332,40.

3.2 IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Apesar da legislação para fins fiscais não exigir a escrituração do livro Diário para empresas que optam pelo lucro presumido os seguintes argumentos para que a escrituração e o levantamento de balanços seja feito destes dados:

- a) para fins de processo de falência ou concordata é exigida a escrituração dos livros comerciais conforme §1 decreto-lei n 7661/45;
- b) para fins de suspensão ou redução do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido é necessário o levantamento de balancetes periódicos, mensais pela competência da forma estimativa do regime de Lucro Real.

Uma situação não muito distante diz respeito a empresas que sempre escrituraram o livro caixa e portanto não possuem balanço patrimonial. Se quando da análise da mudança de opção do lucro presumido para o lucro real, far-se-á necessário a escrituração do diário e apuração das demonstrações financeiras do exercício. Como se está partindo de uma empresa em andamento, se levantará um balanço com base no inventário de bens, direitos e obrigações da entidade no início do exercício. A diferença entre o Ativo, Passivo e Capital Social Integralizado será, quando positiva registrada na conta de Lucros Acumulados e na conta de Prejuízos acumulados se a mesma for negativa.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS

O artigo 10 da lei no 9.249/95, dispõe que os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir no mês de janeiro de 1.996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos a incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do

imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no país ou no exterior. Inexistindo lucros acumulados ou reservas de lucros em montante suficiente para absorver os lucros ou dividendos distribuídos, a IN no 93/97 em seu art. 48 dispõe que a parcela excedente será submetida à tributação pela tabela progressiva do imposto para as pessoas físicas. Com isso, os lucros ou dividendos recebidos pelas pessoas jurídicas não terão tributação.

“Art. 10 - Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos a incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único - No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual a parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.” (art. 10 Lei 9.249/95)

Para os lucros ou dividendos distribuídos por pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, será a parcela que exceder o valor da base de cálculo do imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita a pessoa jurídica, poderá ser distribuída sem a incidência do imposto, desde que a empresa demonstre, através de escrituração contábil feita com observância da lei comercial, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração da base de cálculo do imposto com base no lucro presumido.

3.4 MODELOS PARA CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Simula-se através de dois casos como pode-se em um optar pelo lucro real e em outro permanecer no lucro presumido, acentuando assim a importância que existe em estudar situação por situação, de forma que expõe casos práticos como ilustração e que em sua finalidade servirão como roteiro para a aplicação do que foi discutido até o momento.

Primeiramente para um efeito comparativo se tem os casos partindo de uma mesma base de receita mensal. Isso faz sentido, uma vez que desta forma tem-se um cálculo com base em dados aparentemente semelhantes. Expondo então como receitas e despesas anuais:

1	Receita com a Revenda de Mercadorias.....	R\$	1.200.000,00
2	Receita com Prestação de Serviços.....	R\$	540.000,00
3	Receita Financeira.....	R\$	10.000,00
4	Custos e Despesas Gerais.....	R\$	1.360.000,00

Para o cálculo do imposto de renda trimestral e contribuição social com base no lucro presumido se utiliza os ganhos líquidos , receitas operacionais e financeiras , já que o lucro será presumido para fins de cálculo do imposto de renda e contribuição social não considera o lucro líquido, mas sim o lucro "estimado" por percentuais. Com efeito, calcula-se o 1% da Cofins para compensação com a Contribuição Social.

O lucro real trimestral não se pode compensar prejuízos anteriores, além do que existe a obrigação de levantar balanço trimestral, logo se opta por duas opções lucro real anual com a exigibilidade de recolhimentos mensais estimados ou lucro presumido com apuração trimestral.

Considerou-se como exemplo de um ganho líquido a venda de um automóvel no valor de cinco mil e quinhentos (R\$ 5.500,00) no mês de abril pelo Valor de dez mil reais (R\$ 10.000,00), portanto um ganho de quatro mil e quinhentos reais (R\$ 4.500,00), dentre outras receitas.

Também se considerou para alguns meses exclusões de despesas indedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

Mês	Receita de Serviços	Receitas de Vendas	Receita Financeira	Ganhos	Adições	Exclusões
Jan/99	45.000,00	100.000,00	834,00			5.000,00
Fev/99	45.000,00	100.000,00	1.000,00		1.000,00	
Mar/99	45.000,00	100.000,00	500,00			
Abr/99	45.000,00	100.000,00	800,00	5.000,00		
Mai/99	45.000,00	100.000,00	885,00			
Jun/99	45.000,00	100.000,00	70,00			
Jul/99	45.000,00	100.000,00	1.490,00			
Ago/99	45.000,00	100.000,00	910,00			
Set/99	45.000,00	100.000,00	673,00			
Out/99	45.000,00	100.000,00	527,00			
Nov/99	45.000,00	100.000,00	1.591,00			
Dez/99	45.000,00	100.000,00	720,00			
TOTAL	540.000,00	1.200.000,00	10.000,00	5.000,00	1.000,00	5.000,00

Apuração do imposto de renda com base na estimativa da receita para lucro real

Estimativa	Janeiro/99		
	Receitas	Base p/ IR (%)	Base p/ IR
Serviços	45.000,00	32	14.400,00
Vendas	100.000,00	8	8.000,00
Financeira	834,00	100	834,00
TOTAL	145.834,00		23.234,00
Base de Cálculo			23.234,00
Alíquota de IR			15%
Imposto Normal			3.485,10

Cálculo do Adicional

	23.234,00
Limite	<u>20.000,00</u>
Base	3.234,00
Alíquota	<u>10%</u>
Adicional	323,40

Imposto Normal	3.485,10
Adicional	<u>323,40</u>
Total da estimativa para I. R.	3.808,50

Nesta Primeira apuração pelo Lucro Real tem-se o produto das receitas pelos respectivos percentuais de base de cálculo que serão somados para aplicação da alíquota de 15%. Outro fato importante a base de cálculo é usada para o cálculo do adicional. Repara-se que a base de cálculo, menos a parcela de R\$ 20.000,00 multiplicado por 10%.

Estimativa	Abril/99		
	Receitas	Base p/ IR (%)	Base p/ IR
Serviços	45.000,00	32	14.400,00
Vendas	100.000,00	8	8.000,00
Financeira	800,00	100	800,00
Ganho de Capital	5.000,00	100	5.000,00
TOTAL	150.800,00		<u>28.200,00</u>
Base de Cálculo			28.200,00
Alíquota de IR			<u>15%</u>
Imposto Normal			4.230,00
Cálculo do Adicional			
			28.200,00
Limite			<u>20.000,00</u>
Base			8.200,00
Alíquota			<u>10%</u>
Adicional			820,00
Imposto Normal			4.230,00
Adicional			<u>820,00</u>
Total da estimativa para I. R.			5.050,00

Estimativa	Dezembro/99		
	Receitas	Base p/ IR (%)	Base p/ IR
Serviços	45.000,00	32	14.400,00
Vendas	100.000,00	8	8.000,00
Financeira	720,00	100	720,00
TOTAL	145.720,00		23.120,00
Base de Cálculo			23.120,00
Alíquota de IR			15%
Imposto Normal			3.468,00
Cálculo do Adicional			23.120,00
Limite			20.000,00
Base			3.120,00
Alíquota			10%
Adicional			312,00
Imposto Normal			3.468,00
Adicional			312,00
Total da estimativa para I. R.			3.780,00

Os Cálculos acima são um reforço do primeiro a título de ilustração. A estimativa do mês de Abril calcula Imposto de Renda sobre o ganho de capital antes mencionado.

Lucro Real

Período de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro

Total de Receitas	1.755.000,00
(-) Custos e Despesas	1.621.000,00
Lucro Líquido	134.000,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	130.000,00
Alíquota Normal	15%
Imposto de Renda	19.500,00

Adicional do Imposto de Renda

Base de Cálculo	130.000,00
Limite	240.000,00
Base do Adicional	
Alíquota	10%
Adicional	-
Imposto de Renda	19.500,00
Adicional	-
Total Imposto Devido	19.500,00
(-) Recolhimentos Anteriores	44.626,60
Imposto de Renda a Recuperar	25.126,60

Este é o Cálculo do Lucro Real anual, aqui se tem elementos que o cálculo das estimativas não apresentam, como as adições de despesas indedutíveis e exclusões de receitas não tributáveis. Não se atem aqui em identificar quais são ou a que se referem tais adições e exclusões. Outro detalhe importante as estimativas devidamente recolhidas são compensadas com apuração, já que esta é a finalidade delas.

Parte-se agora para a apuração da contribuição social com base na estimativa da receita para lucro real.

Estimativa	Janeiro/99		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	45.000,00	12	5.400,00
Vendas	100.000,00	12	12.000,00
Financeira	834,00	100	834,00
Total	145.834,00		18.234,00
(+) Adições			-
(-) Exclusões			-
TOTAL			18.234,00
Base de Cálculo			18.234,00
Alíquota de IR			8%
Contribuição Social Devida			1.458,72
(-) Cofins 1%			-
Contribuição Social Recolher			1.458,72

Observa-se que alíquota da Contribuição Social é de 8% para Janeiro e que ainda não vigora a nova Cofins de 3% com compensação de 1% na Contribuição Social. Este Procedimento só terá valor a partir de Fevereiro.

Estimativa	Abril/99		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	45.000,00	12	5.400,00
Vendas	100.000,00	12	12.000,00
Financeira	800,00	100	800,00
TOTAL	145.800,00		18.200,00
Base de Cálculo			18.200,00
Alíquota de IR			8%
Contribuição Social Devida			1.456,00
(-) Cofins 1%			1.458,00
Contribuição Social Recolher			(2,00)

Neste caso considerou-se a contribuição social paga e não haverá Cofins a recuperar.

Estimativa	Maio/99		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	45.000,00	12	5.400,00
Vendas	100.000,00	12	12.000,00
Financeira	885,00	100	885,00
TOTAL	145.885,00		18.285,00
Base de Cálculo			18.285,00
Alíquota de IR			12%
Contribuição Social Devida			2.194,20
(-) Cofins 1%			1.458,85
Contribuição Social Recolher			735,35

Aqui pelo Lucro Real Temos a alíquota de 12% quando para a vigorar a nova legislação como antes se comentou.

Estimativa	Dezembro/99		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	45.000,00	12	5.400,00
Vendas	100.000,00	12	12.000,00
Financeira	720,00	100	720,00
TOTAL	145.720,00		18.120,00
Base de Cálculo			18.120,00
Alíquota de IR			12%
Contribuição Social Devida			2.174,40
(-) Cofins 1%			1.457,20
Contribuição Social Recolher			717,20

Estimativa	Dezembro/99		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	540.000,00	12	64.800,00
Vendas	1.200.000,00	12	144.000,00
Financeira	10.000,00	100	10.000,00
Ganho de Capital	5.000,00	100	5.000,00
Total	1.750.000,00		223.800,00
(+) Adições			1.000,00
(-) Exclusões			5.000,00
TOTAL			219.800,00
Base de Cálculo			219.800,00
Alíquota de IR			12%
Contribuição Social Devida			26.376,00
(-) Cofins 1%			17.500,00
Contribuição Social Recolher			8.876,00
C. Social Recolhidas por Estimativa			6.612,78
Contribuição Social Recolher			2.263,22

Quadro Resumo do imposto de renda e contribuição social por estimativa

Estimativa			
Mês	IRPJ a Recolher	Contr. Social Recolher	Total Impostos
Jan/99	2.735,10	1.458,72	4.193,82
Fev/99	3.850,00	12,00	3.862,00
Mar/99	3.725,00		3.725,00
Abr/99	3.800,00		3.800,00
Mai/99	3.821,25	735,35	4.556,60
Jun/99	3.617,50	645,70	4.263,20
Jul/99	3.972,50	801,90	4.774,40
Ago/99	3.827,50	738,10	4.565,60
Set/99	3.768,25	712,03	4.480,28
Out/99	3.731,75	695,97	4.427,72
Nov/99	3.997,75	813,01	4.810,76
Dez/99	3.780,00	717,20	4.497,20
Total Estimativa	44.626,60	7.329,98	51.956,58

Lucro Real			
Anual	45.700,00	8.756,00	54.456,00

Desta forma, sabe-se que por estimativa se recolher em 31 de Janeiro de 2.000 R\$ 4.497,20 (quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte centavos) e até 31 de Março de 2.000 a diferença apurada entre total recolhido e o imposto de renda e contribuição social anual apurado no valor de R\$ 2.499,42 (dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos).

Base da Contribuição Social Anual
Período de 01 de Janeiro à 31 de Fevereiro

Lucro Líquido	91.834,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	87.834,00
Alíquota Normal	8%
Contribuição Social	7.026,72
Cofins 1%	2.432,23
Contribuição Social Devida	4.594,49

Percebe-se que aparentemente se apura o lucro real anual, o detalhe está no período e no desobrigação de levantamento de Balanço Patrimonial.

Base da Contribuição Social Anual
Período de 01 de Janeiro à 31 de Maio

Lucro Líquido	106.019,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	102.019,00
Alíquota Normal	12%
Contribuição Social	12.242,28
Cofins 1%	6.804,08
Contribuição Social Devida	5.438,20

Base da Contribuição Social Anual
Período de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro

Lucro Líquido	395.000,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	391.000,00
Alíquota Normal	12%
Contribuição Social	46.920,00
Cofins 1%	17.013,89
Contribuição Social Devida	29.906,11

Período em Curso

Período de 01 de Janeiro à 31 de Maio

Lucro Líquido	106.019,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	102.019,00
Alíquota Normal	15%
Imposto de Renda	15.302,85

Adicional do Imposto de Renda

Base de Cálculo	102.019,00
Limite	100.000,00
Base do Adicional	2.019,00
Alíquota	10%
Adicional	201,90
Imposto de Renda	15.302,85
Adicional	201,90
Total Imposto Devido	15.504,75

Período em Curso

Período de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro

Lucro Líquido	395.000,00
(+) adições	1.000,00
(-) Exclusões	5.000,00
Base de Cálculo	391.000,00
Alíquota Normal	15%
Imposto de Renda	58.650,00

Adicional do Imposto de Renda

Base de Cálculo	391.000,00
Limite	240.000,00
Base do Adicional	151.000,00
Alíquota	10%
Adicional	15.100,00
Imposto de Renda	58.650,00
Adicional	15.100,00
Total Imposto Devido	73.750,00

Cada balancete de apuração de lucro para redução ou suspensão de Imposto de Renda e Contribuição Social deve ter a escrituração de respectivo LALUR.

Agora o cálculo dos impostos Com Base no Lucro Presumido. a apuração é feita por trimestre o que de certa forma facilita o cálculo.

Presumido

1º Trimestre

	Receitas	Base p/ IR (%)	Base p/ IR
Serviços	135.000,00	32	43.200,00
Vendas	300.000,00	8	24.000,00
Financeira	2.334,00	100	2.334,00
Ganhos	-	100	-
Total	437.334,00		69.534,00
Base de Cálculo			69.534,00
Alíquota de IR			15%
Imposto Normal			10.430,10
Cálculo do Adicional			
Base de Cálculo			69.534,00
Limite			60.000,00
Base			9.534,00
Alíquota			10%
Adicional			953,40
Imposto Normal			10.430,10
Adicional			953,40
Total da estimativa para I. R.			11.383,50

Presumido

1º Trimestre

	Receitas	Base p/ IR (%)	Base p/ IR
Serviços	135.000,00	32	43.200,00
Vendas	300.000,00	8	24.000,00
Financeira	2.334,00	100	2.334,00
Ganhos	-	100	-
Total	437.334,00		69.534,00
Base de Cálculo			69.534,00
Alíquota de IR			15%
Imposto Normal			10.430,10
Cálculo do Adicional			

Base de Cálculo	69.534,00
Limite	60.000,00
Base	9.534,00
Alíquota	10%
Adicional	953,40
Imposto Normal	10.430,10
Adicional	953,40
Total da estimativa para I. R.	11.383,50

Presumido

2º Trimestre

	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	135.000,00	12	16.200,00
Vendas	300.000,00	12	36.000,00
Financeira	1.755,00	100	1.755,00
Ganhos	5.000,00	100	5.000,00
TOTAL			58.955,00
Base de Cálculo			58.955,00
Alíquota de IR			8%
Contribuição Social Devida			4.716,40
(-) Cofins 1%			4.367,55
Contribuição Social Recolher			348,85

Maio e Junho

	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	90.000,00	12	10.800,00
Vendas	200.000,00	12	24.000,00
Financeira	955,00	100	955,00
Ganhos	-	100	-
TOTAL			35.755,00
Base de Cálculo			35.755,00
Alíquota de IR			4%
Contribuição Social Devida			1.430,20
Contribuição Social Devida			348,85
Contribuição Social Devida			1.430,20
Contribuição Social Recolher			1.779,05

Acompanha-se o cálculo da Contribuição Social do 2º trimestre por ser de forma única. Para o mês de Abril tem-se alíquota de 8% sobre base e para os meses de Maio e Junho temos a alíquota de 12%. Uma forma é calcular o trimestre em 8% e acrescentar a apuração de 4% sobre os meses de maio e Junho.

Presumido	3º Trimestre		
	Receitas	Base p/ S C (%)	Base p/ CS
Serviços	135.000,00	12	16.200,00
Vendas	300.000,00	12	36.000,00
Financeira	3.073,00	100	3.073,00
Ganhos	-	100	-
TOTAL			55.273,00
Base de Cálculo			55.273,00
Alíquota de IR			12%
Contribuição Social Devida			6.632,76
(-) Cofins 1%			4.380,73
Contribuição Social Recolher			2.252,03

Aqui a alíquota é calculada em 12% da base total.

	Imposto de Renda + Contribuição Social a Recolher				
	Lucro Real				
Mês	Estimativa	Período em	Recolhido	Acumulado	Presumido
		Curso Acum.			
Jan/99	4.193,82	10.502,99	4.193,82	4.193,82	
Fev/99	3.862,00	18.359,17	3.862,00	8.055,82	
Mar/99	3.725,00	6.257,17	3.725,00	11.780,82	11.858,99
Abr/99	3.800,00	(4.860,72)	-	11.780,82	
Mai/99	4.556,60	9.162,13	-	11.780,82	
Jun/99	4.263,20	33.487,33	4.263,20	16.044,02	14.267,80
Jul/99	4.774,40	44.070,53	4.774,40	20.818,42	
Ago/99	4.565,60	38.023,73	4.565,60	25.384,02	
Set/99	4.480,28	39.500,41	4.480,28	29.864,30	13.820,28
Out/99	4.427,72	53.219,85	4.427,72	34.292,02	
Nov/99	4.810,76	77.364,89	4.810,76	39.102,78	
Dez/99	4.497,20	64.553,33	4.497,20	43.599,98	13.735,68
Sub-total	51.956,58	64.553,33 *	43.599,98	-	
Recolhimento para Intear Lucro Real	51.699,53	39.102,78	60.056,13		Sem Cálculo
TOTAL	103.656,11	103.656,11	103.656,11		53.682,75

(*) Este valor é repetido de Dezembro já que vinha sendo acumulado.

Nessa situação compensou o Lucro Presumido. Pode ocorrer o contrário e portanto se tornar lucro real foi vantagem. Veja outra situação

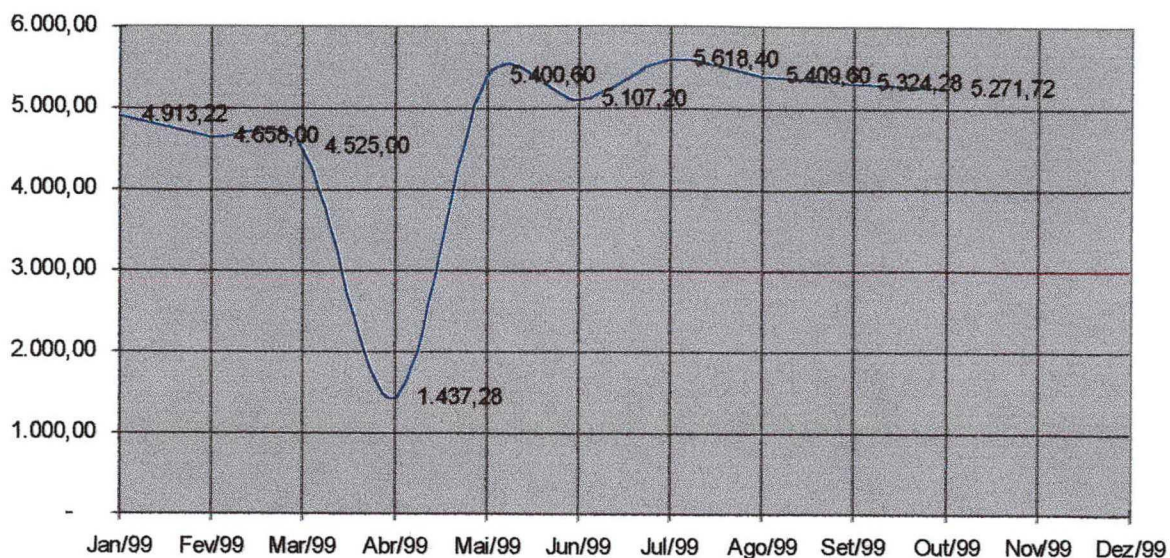
	Receita com a Revenda de Mercadorias.....	R\$	1.200.000,00
2	Receita com Prestação de Serviços.....	R\$	660.000,00
3	Receita Financeira.....	R\$	10.000,00
4	Custos e Despesas Gerais.....	R\$	1.660.000,00

Imposto de Renda + Contribuição Social a Recolher					
	Lucro Real				
Mês	Estimativa	Período em	Recolhido	Acumulado	Presumido
		Curso Acum.			
Jan/99	4.913,22	13.802,99	4.913,22	4.913,22	
Fev/99	4.658,00	24.139,77	4.658,00	9.571,22	
Mar/99	4.525,00	14.441,77	4.525,00	14.096,22	14.280,33
Abr/99	4.600,00	1.437,28	1.437,28	15.533,50	
Mai/99	5.400,60	23.509,45	5.400,60	20.934,10	
Jun/99	5.107,20	46.034,05	5.107,20	26.041,30	16.751,80
Jul/99	5.618,40	59.373,25	5.618,40	31.659,70	
Ago/99	5.409,60	56.082,45	5.409,60	37.069,30	
Set/99	5.324,28	60.315,13	5.324,28	42.393,58	16.352,28
Out/99	5.271,72	39.790,57	5.271,72	47.665,30	
Nov/99	5.654,76	Não Recolher	-	47.665,30	
Dez/99	5.341,20	Não Recolher	-	47.665,30	13.735,68
Totais	60.823,98	39.790,57	47.665,30	47.665,30	13.735,68
Recolhimento para Inteirar Lucro Real	(22.967,87)	(934,46)	(8.809,19)		Sem Cálculo
TOTAL	38.856,11	38.856,11	38.856,11		61.120,09

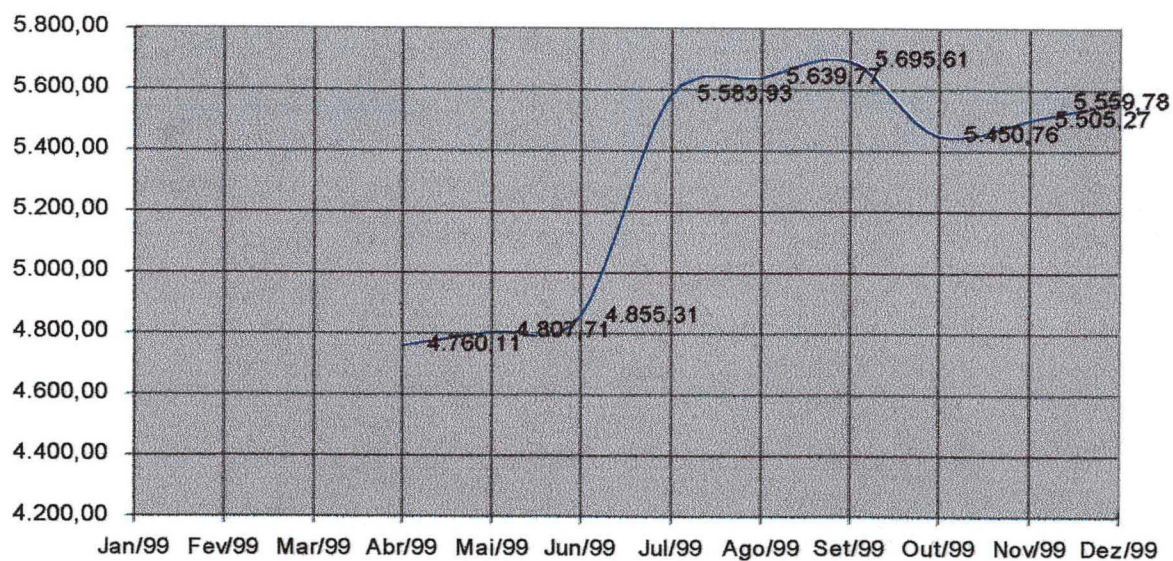
Existe porém um detalhe a ser considerado. O Lucro presumido recolhe o Imposto de Renda e a Contribuição Social tanto no dia 30 do Mês seguinte ao trimestre quanto em três parcelas de no mínimo R\$ 1.000,00 cada uma de cada imposto individualmente para o primeiro mês , o segundo com acréscimo de 1% de juros e o último para o terceiro mês considerando o acréscimo da taxa de juros Selic, para o exemplo 2%

Apresenta-se Gráficos do último exemplo para uma noção do desembolso de Caixa. Foi uma forma encontrada para a visualização dos desembolsos que poderão ocorrer para a empresa numa das opções definitivas.

Lucro Real



Lucro Presumido



4 CONCLUSÃO

Por ocasião do recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa mensal, sendo a primeira a de Janeiro apurada da mesma forma que o lucro presumido guardadas as proporções, ou seja, o período mensal de apuração, com vencimento em fim de fevereiro, definindo assim a opção do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pelo Lucro Real. Tal opção pode ser adiada até 30 de Abril, quando vence a primeira quota, se for o caso de parcelamento, do primeiro trimestre apurado. Neste caso se ainda assim em abril desejar a opção pelo Lucro Real, as quotas vencidas de Janeiro e fevereiro serão pagas com multa e acréscimos de juros SELIC, desde que resulte em valores a pagar. Isso porque, pode ocorrer o levantamento de Balancete o período em curso com prejuízo fiscal para imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. Mas não estará prejudicada a opção, desde que nenhum recolhimento de imposto de renda e contribuição social referente ao exercício tenha sido feito para lucro presumido.

Uma avaliação percentual com a aplicação de alíquotas diretas em relação ao resultado esperado poderá em primeiro plano demonstrar uma vantagem entre um ou outro critério de apuração de impostos, porém isso pode trazer uma simulação enganosa. Deve-se avaliar se materialmente a mudança de opção do lucro presumido para lucro real é vantagem em valores correntes, calculando paralelamente o imposto de renda e a contribuição social. Algumas empresas que costumam prever sua receita anualmente, seja por estatísticas de mercado, seja por perícia dos administradores costumam erroneamente orçar os impostos com percentuais fixos. Isso com base no que foi explanado até o momento em relação as formas de apuração de impostos mais complexas poderá gerar sérios problemas de caixa. Porque levados a um valor oriundo de alíquotas diretas ao lucro e optando pelo lucro real, ao ajustar o resultado em uma hipótese extrema podem existir tantas adições de despesas indedutíveis para o imposto de renda e contribuição social que criaria uma situação embaraçosa para a

administração, ou ainda pior optar pelo lucro presumido e garantir uma máxima em precificação com os seus percentuais sobre o faturamento, porém sabendo que a empresa mesmo com os ajustes do LALUR apuraria impostos bem menos expressivos, de forma que pode se usar estes dados para um parecer sobre a questão : se a empresa recolher os impostos pelo lucro real estará economizando ou será que apesar das bases de cálculo serem mais baixas em relação ao lucro líquido do exercício não compensaria tal mudança? Este é um desafio que ainda norteará os dedicados a área. Sendo assim para cada caso se deve uma atenção e reflexão diferentes, que originarão decisões diferentes. Se usada estimativas de lucros com relação a anos anteriores ou mesmo de projeções futuras, que garantia se tem que estes dados se consolidarão?

O bom gestor de impostos é aquele que através da legislação maximiza benefícios aos clientes, para isso se deve não só conhecer a legislação vigente , mas também o desempenho econômico da empresa, conhecendo-a em suas peculiaridades se pode determinar qual a melhor opção para apuração do imposto de renda, bem como da contribuição social.

Conclui-se que os contadores não podem afirmar com a absoluta certeza que as empresas, tributadas pelo Lucro Presumido e que poderiam, por decisão própria, optar pelo Lucro Real, estariam ganhado ou perdendo recursos optando entre uma e outra situação. O máximo que podem os contadores realizarem é uma análise do que seria mais provável como economia tributária para o Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando outros fatores alheios.

Um complemento ao trabalho realizado seria o estudo mais aprofundado em pesquisa de campo com a mesma proposta com um espaço amostral bem diversificado, aplicando-se o que aqui propomos em modelo. Outra opção de tema para monografia seria o tratamento das remessas de lucros ao exterior e as remessas oriundas do mesmo. Um bom tema seria desenvolvido no sentido de abordar o tratamento da base de cálculo do Lucro Arbitrado. Já focando para outro ramo da matéria tributário seria interessante uma monografia sobre a Substituição tributária no ICMS. Hoje presente em nossa legislação e que vem trazendo bastante repercussão.

5 BIBLIOGRAFIA

BAZARIAN, Jacob. Os graus do Conhecimento. In: _____. O problema da Verdade. 2a ed. São Paulo: Alfa-omega, 1985. p. 43-50.

BRASIL. Decreto n. 3.000, de 26 de Março de 1.999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 29 de Março de 1.999.

BRASIL. Decreto n. 1.041, de 11 de Janeiro de 1.994. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 12 de Janeiro de 1.994.

BRASIL. Instrução Normativa nº 81 de 1.999 do Secretário da Receita Federal. Dispõe sobre a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável aos fatos geradores ocorridos de 1º de maio até 31 de dezembro de 1999. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 02 de julho de 1999.

BRASIL. Instrução Normativa nº 93 de 1.997 do Secretário da Receita Federal. Dispõe sobre a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro das pessoas jurídicas a partir do ano-calendário de 1997. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29 de dezembro de 1997.

BRASIL. Lei n. 9.732, de 11 de Dezembro de 1.998. Altera dispositivos das Leis n. s 8.212 e 8.213, ambas de 24 de Julho de 1.991, da Lei n. 9.317, de 05 de Dezembro de 1.996, e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 14 de Dezembro de 1.998.

BRASIL. Lei n. 9.718, de 27 de Novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 de Novembro de 1998.

BRASIL. Lei n. 9.532, de 10 de Dezembro de 1.997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 de Dezembro de 1.997.

BRASIL. Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das micro-empresas e das empresas de pequeno porte, institui o sistema de pagamento de impostos e contribuições das micro-empresas e empresas de pequeno porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 06 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do Imposto de Renda, bem como da Contribuição Social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 27 de dezembro de 1995.

BRASIL. Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995. Dá nova redação a dispositivos da lei 8.981 de janeiro de 1.995. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 21 de junho de 1995.

BRASIL. Lei n 8.034, de 12 de abril de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 de abril de 1990.

BRASIL. Lei n 5.172, de 25 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 27 de outubro de 1966.

BRASIL. Medida Provisória n 1.807, de 28 de janeiro de 1999. Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – Cofins, para os Programas de Integração Social e de formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e sobre o Lucro Líquido, do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29 de Janeiro de 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Ciência e conhecimento científico. _____. Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroshi. Imposto de Renda das Empresas: interpretação e prática. 24. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 32-71. p. 161-165. p. 173-192.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para Apresentação de Trabalhos. 6. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1.996. 8v.: il.